

Plenário de abril 2018

Declaração Política:

**“Negociações próximo quadro financeiro plurianual da União Europeia”**

Periodicamente, a União Europeia analisa, debate e, em consequência, redefine os critérios de distribuição dos meios financeiros de estímulo e apoio ao desenvolvimento pelas diversas políticas setoriais e pelos seus Estados Membros.

Este exercício, realizado numa lógica plurianual e em ciclos de sete anos, é – na sua versão bem-intencionada – um momento essencial de aprofundamento do processo de construção de uma Europa coesa, equilibrada, desenvolvida, e estrategicamente desenhada para se afirmar como ator internacional nos planos político e económico.

Mas, na sua versão porventura mais realista, este período de preparação de um novo quadro financeiro plurianual é também um momento de pura negociação política – um jogo de forças e de interesses em que o peso específico de cada Estado Membro e da sua agenda, as alianças tradicionais ou de circunstância e o cenário conjuntural contam tanto ou mais do que a justeza das aspirações de cada interveniente.

Perante este cenário, a melhor defesa de uma Região como a nossa é, sem dúvida, o grau de preparação e, sobretudo, o nível de compromisso que formos capazes de gerar, congregando em torno de uma agenda comum de objetivos a disponibilidade e a vontade dos vários agentes político-partidários, representantes setoriais, sociedade civil e demais interessados.

Portugal e, em particular, a Região Autónoma dos Açores têm uma boa tradição nesta matéria.

Descontando as objeções ideológicas de algumas forças políticas, tradicionalmente descrentes da valia de uma Europa unida, ou uma ou outra reivindicação de circunstância, tem sido possível ao longo dos anos encontrar as pontes que nos têm permitido falar a uma só voz em Bruxelas.

Esta união tem permitido ganhos evidentes quer quanto ao montante dos fundos estruturais atribuídos, quer sobretudo quanto à consagração dos objetivos e das áreas prioritárias de intervenção que melhor correspondem aos nossos propósitos.

Na preparação das negociações com as instituições europeias sobre o próximo quadro financeiro plurianual da União Europeia para o período após 2020, o Governo dos Açores assumiu desde a primeira hora um papel catalisador, promovendo um intenso e participado debate regional, reunindo partidos políticos, parceiros sociais, unidades de ensino e ordens profissionais.

Quis, com isso, que a posição dos Açores não fosse a mera opinião do Governo, mas antes fosse um conjunto articulado de linhas estratégicas espelhando as aspirações das diversas sensibilidades que compõem o todo açoriano.

Mais tarde e na sequência dessa opção, foi também o Governo dos Açores, apoiado pelo PS, que suscitou nesta casa um debate pluripartidário em torno do assunto, apresentando, sob a forma de Resolução, um manifesto sobre as prioridades e os objetivos da Região para o pós-2020.

A manutenção de uma Política de Coesão consistente e ambiciosa, reforçada pela obrigação constante dos Tratados de atender às características específicas das Regiões Ultraperiféricas, por exemplo no que toca às taxas dos cofinanciamentos de projetos de investimento, é, neste âmbito, um dos objetivos fundamentais a atender.

Também o apoio aos nossos setores produtivos tradicionais, como é particularmente o caso da Agricultura, no âmbito de uma Política Agrícola Comum que reconheça de forma evidente as circunstâncias próprias do nosso modelo produtivo e do nosso contexto macroeconómico, é outra prioridade absoluta da Região.

Felizmente, no plano nacional, o processo tem beneficiado sempre de uma sensibilidade e de uma abertura dignas de nota por parte do Governo da República, como atesta o compromisso político saído do recente encontro entre o Presidente do Governo Regional e o Primeiro-Ministro.

Ontem mesmo, ficámos a saber que também podemos contar, neste duro processo de sensibilização das instâncias comunitárias, com a nova liderança nacional do

PSD, que foi capaz de por de lado o instinto partidário e perceber que uma boa negociação em Bruxelas é garantia de um melhor futuro para Portugal.

Esta disponibilidade para o consenso é condição indispensável para a força das pretensões nacionais e regionais junto das várias instâncias comunitárias.

Saber em que circunstâncias e em que matérias se deve deixar de lado o puro jogo político e trabalhar lado a lado na defesa das aspirações comuns daqueles a quem servimos é um sinal de maturidade democrática e de serviço ao bem-comum, que deve ser realçado, mas que, infelizmente, não encontra acolhimento junto do PSD Açores.

Ao contrário de Rui Rio e do atual PSD Nacional e ao contrário da tradição (que também na Região se foi consolidando) de uma parceria político-partidária assumida e consciente em matéria de negociação de fundos estruturais, o PSD Açores de Duarte Freitas tem dado sinais evidentes de que se prefere manter à margem de qualquer consenso.

Num momento em que é fundamental encontrarmos uma base comum de reivindicação sobre os apoios europeus do futuro, o Presidente do PSD Açores faz um artigo de opinião a falar na suposta má gestão dos apoios europeus do passado, mesmo sabendo que nos últimos quinze anos os Açores foram a única região do País que convergiu, em termos de Produto Interno Bruto, para a média europeia.

Numa altura em que todos os agentes políticos regionais deveriam, na medida da sua esfera de competências e responsabilidades, confluir na defesa dos interesses da Região no processo negocial em curso, a eurodeputada indicada pelo PSD Açores prefere destacar o que classifica como “sinais pouco animadores” da atuação dos governos, regional e nacional, do PS, comentando sobranceiramente todo e qualquer esforço da Região para fazer valer os seus (os nossos!) argumentos em Lisboa e em Bruxelas, e terminando um artigo com um sentenciador “assim não vamos lá”.

Até o debate em Comissão de uma Resolução sobre o estatuto da Ultraperiferia serviu para que o PSD Açores, pela voz do Senhor Deputado António Almeida, reclamasse maior participação da sociedade civil e dos parceiros sociais no processo mesmo sabendo e tendo participado ele próprio num processo de auscultação e debate que durou mais de seis meses e que reuniu por oito vezes

partidos políticos e parceiros sociais em torno das questões relativas ao próximo quadro comunitário de apoio.

Dá ideia que este PSD Açores não se sente confortável com a ideia de que a Região possa vir a manter o mesmo nível de apoios comunitários. Fica-se com a sensação de que este PSD Açores se sente tanto mais confiante, do ponto de vista político-eleitoral, quanto menos meios de estímulo financeiro a Região dispuser para prosseguir o seu rumo de desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida dos Açorianos.

Talvez por isso Rui Rio nunca tenha sido o preferido de Duarte Freitas. Talvez por isso o PSD Açores também não seja o preferido de Rui Rio.

Nós, pelo nosso lado, estamos totalmente empenhados em conseguir o melhor para os Açores, com a colaboração essencial de todos quantos são capazes de separar o interesse imediato e particular do bem maior e duradouro que é vermos consagradas as nossas justas pretensões enquanto Região Ultraperiférica de uma Europa que se pretende coesa, equilibrada e desenvolvida.

Levamos a nossa bandeira e o direito a sonhar de todos os Açorianos, em parceria com todos os que de boa-fé colocam acima de tudo o futuro da nossa terra e da nossa gente. E vamos à luta.

Horta, 19 de abril de 2018